

3.254 PROIETO DE LEI nº

/2021

Autor: Deputado Jeová Vieira Campos - PSB

Institui o Programa Estadual de Educação Financeira Escolar e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído no Estado da Paraíba o Programa de Educação Financeira Escolar, com o objetivo de introduzir, estimular e transmitir, por meio de conteúdos práticos, lúdicos e interativos, conceitos básicos de educação financeira aos alunos da Rede Estadual de Ensino.

Parágrafo Único - O Programa de Educação Financeira Escolar tem como meta proporcionar às crianças, jovens e adolescentes da Rede Estadual de Ensino o acesso universal à educação financeira como área de conhecimento de aprendizagem essencial, que compõem o processo formativo de todos os educandos ao longo das etapas e modalidades de ensino no nível da Educação Básica, como direito de pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, em conformidade com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais no âmbito da Educação Básica escolar e orientam sua



implementação pelos sistemas de ensino das diferentes instâncias federativas, bem como pelas instituições ou redes escolares.

Art. 2º - Fica instituída a Semana Estadual de Educação

Financeira no estado da Paraíba, a ser realizada anualmente, na última semana do mês de outubro, com o objetivo de promover o Programa Estadual de Educação Financeira Escolar.

Parágrafo único – O objetivo da Semana Estadual de Educação Financeira é desenvolver atividades no âmbito escolar que garantam noções básicas, bem como estimulem os alunos a buscar conhecimentos financeiros e previdenciários, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e autonomia.

Art. 3° - Para consecução dos objetivos desta Lei, poderão ser realizadas palestras sobre educação financeira, bem como distribuídos materiais informativos acerca do tema.

Art. 4° - Poderá o Poder Público firmar convênios, termos de cooperação técnica, parcerias ou outras modalidades previstas em lei, com entidades públicas ou privadas, para execução das ações previstas nesta Lei.

 $\mbox{Art.} \ 5^{\underline{o}} \mbox{ - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no}$ que couber.

Art. 6° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Assembleia Legislativa, Sala das Sessões, 07 de outubro de 2021.

Jeová Vieira Campos Deputado Estadual



IUSTIFICATIVA:

Entendemos que a educação financeira é essencial para todo e

qualquer cidadão brasileiro, mas ter a oportunidade desde o período escolar será um

diferencial para crianças e adolescentes apresentarem mais consciência e criar uma boa

relação com suas próprias finanças, considerando que pesquisas mostram que 45% dos

jovens entre 18 a 24 anos não sabem como administrar suas finanças e acabam caindo na

inadimplência muito cedo.

A educação financeira constitui uma área de conhecimento

extremamente importante e essencial, pois prepara os indivíduos para desenvolver as

competências e habilidades necessárias para lidar com as decisões financeiras que tomarão

ao longo de suas vidas. Ademais, não representa apenas um conjunto de ferramentas de

cálculos, é uma leitura de realidade, de planejamento de vida, de prevenção e de realização

individual e coletiva. Assim, faz todo sentido ser trabalhado desde os anos iniciais da vida

escolar, afinal, é neste espaço onde damos os primeiros passos para a construção do nosso

projeto de vida.

futuro mais tranquilo.

Importante destacar que entre os anos de 2008 e 2010, o

Ministério da Educação desenvolveu um projeto piloto que levou educação financeira à rede

pública de ensino médio dos Estados do Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo,

Tocantins e do Distrito Federal, e percebeu que a experiência de se informar sobre finanças

produziu mudanças significativas na vida dos jovens estudantes e de suas famílias,

contribuindo para que o jovens fizessem escolhas mais conscientes, se preparando para um

ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Casa de Epitácio Pessoa Gabinete do Deputado Jeová Vieira Campos

No mesmo sentido, analistas do Banco Mundial constataram o

aumento de 1% do nível de poupança dos jovens que passaram pelo programa; 21% a mais

dos alunos fazem uma lista dos gastos todos os meses; 4% a mais dos alunos negociam os

preços e meios de pagamento ao realizarem uma compra. As famílias também foram

beneficiadas, pois temas como orçamento, planejamento e taxas bancárias entraram na pauta

das conversas e decisões conjuntas de gastos por causa dos deveres de casa. O relatório

conclui, ainda, que esse resultado indica que jovens educados financeiramente podem

contribuir para o crescimento de 1% do PIB do Brasil.

Desta forma, não há como desprezar a importância da inclusão

da educação financeira no âmbito escolar, estimulando, desde cedo, o interesse das crianças,

jovens e adolescentes pelo planejamento de suas finanças.

Ademais o tema tem sido considerado de grande relevância e

se apresenta como uma das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que

inclui o estudo de educação financeira como área de conhecimento de aprendizagem

essencial, ressaltando-se que a BNCC define o conjunto orgânico e progressivo de

aprendizagens essenciais no âmbito da Educação Básica escolar e orientam sua

implementação pelos sistemas de ensino das diferentes instâncias federativas, bem como

pelas instituições ou redes escolares.

Assim sendo, por entender que a propositura atende ao

interesse público, cumpre-me contar com o apoio de meus distintos Pares, com a

deliberação favorável à sua aprovação.



Assembleia Legislativa, 06 de outubro de 2021.

Jeová Vieira Campos Deputado Estadual